

6.03.06 – Economia/ Economia dos Recursos Humanos.

DETERMINANTES DA PARTICIPAÇÃO DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO NAS PRINCIPAIS CIDADES URBANAS BRASILEIRAS.

Pedro Henrique N. Holanda^{1}, Dilson J. de Sena Pereira²*

1. Estudante de Ciências Econômicas da Fac.de Economia, Administração e Contabilidade da UFAL
2. FEAC-UFAL – Professor de Economia / Orientador

Resumo:

Esse projeto de pesquisa busca investigar a participação do jovem no mercado de trabalho nas principais cidades urbanas brasileiras. Apoiado numa ampla revisão de literatura, a pesquisa consistirá na elaboração e estimação de um modelo teórico-empírico aplicado às cidades e ao período escolhido, com vistas a indicar e mensurar os efeitos marginais das variáveis no vetor de variáveis explicativas a participação dos jovens no mercado de trabalho formal.

Palavras-chave: Participação do jovem; Mercado de trabalho; Cidades brasileiras

Trabalho selecionado para a JNIC pela instituição: UFAL

Introdução:

Com gigantesca extensão territorial, o Brasil é comumente classificado pelo organismos internacionais como uma economia de renda média, cuja divisão territorial, como destacado por Tolosa (2001), utiliza como instâncias para tomada de decisão administrativa um Distrito Federal, 26 Estados federados e mais de 5,5 mil Municípios. Alguns desses estados, sobretudo os situados nas regiões sul e sudeste, mais desenvolvidos, apresentam fortes interações inter e intra-urbanos entre seus municípios, chegando a reunir vários centros metropolitanos.

Nas relações inter e intra-urbanos destaca-se o mercado de trabalho, cuja característica contemporânea mais proeminente é a velocidade com que os tipos de emprego se modificam com relação aos arranjos produtivos tecnológicos, qualificação, atividade econômica, localização geopolítica, gênero, idades e com respeito aos salários ofertados.

Visto por setor ou por região, é importante observar que as mudanças carregam em si comportamentos heterogêneos e idiossincráticos das mudanças tecnológicas, organizacionais, administrativas, gerenciais, logísticas e de políticas públicas e fiscais que estimulem e desenvolva o empreendedorismo, a geração de empregos, capazes de gerar isenções ou redução de impostos, subsídios, fortaleçam o apoio e o incentivo a formação técnica e ao desenvolvimento de empresas.

A velocidade das mudanças no mercado de trabalho é mais significativa nos maiores mercados, localizados, geralmente, nos maiores centros urbanos do país, gerando inclusive, modificações das participações relativas à informalidade, ao gênero, as idades e aos setores. Essas mudanças são provenientes da busca por maior competitividade das firmas e terminam por alterar o volume de empregados ao longo do tempo e a taxa de desocupação.

Em menor ou maior grau, as mudanças também são reflexos da atuação dos governos em duas de suas ações, as transferências governamentais e as políticas de formação de mão de obra qualificada, tanto por meio dos

mecanismos tradicionais de formação, como educação formal, quanto por meio das políticas de treinamentos e formação complementar.

Nesse sentido busca-se investigar a evolução da participação dos jovens no mercado de trabalho das principais cidades do Brasil, e quais as variáveis são determinantes para variação da participação dos jovens no mercado de trabalho, com especial atenção as políticas governamentais de formação e qualificação do capital humano.

Metodologia:

Principais Cidades brasileiras

A definição das principais cidades brasileiras seguirá a classificação feita em conjunto pelo IPEA/IBGE/UNICAM (1999) e citado em Andrade e Serra (2001). Sendo estas, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, Goiânia, Campinas, Manaus, São Luis, Maceió, Natal, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Cuiabá, Aracaju, Santos, Vitória, Londrina, Campo Grande, Porto Velho, Rio Branco, Ilhéus/Itabuna, Juazeiro do Norte/Crato, Petrolina/Juazeiro, Feira de Santana, Campina Grande, Imperatriz, Vitória da Conquista, Mossoró, Arapiraca, Jequié, Sobral e Alagoinhas.

Modelos teórico e empírico

Admite-se que a escolha de um indivíduo quanto a participar do mercado trabalho depende de suas características, da renda do trabalho e dos benefícios de transferência. Considerando que a utilidade individual é função dos bens comprados, do tempo de lazer, de um vetor de características e de preferências individuais.

Temos que a função utilidade é dada pela expressão (1)

$$U(X,L,Z) \quad (1)$$

onde X denota bens comprados, L é o número das horas trabalhadas (tempo total menos tempo de lazer) e Z denota características e preferências individuais. Considere um cenário em que o governo paga um benefício monetário, B, aos indivíduos com renda menor do que W. Conseqüentemente, um indivíduo que escolhe não trabalhar receberá um benefício B, e sua restrição orçamentária passa a ser $PX \leq B$, onde P denota o vetor do preço dos bens. Além disso, um indivíduo que escolha trabalhar enfrentará a seguinte restrição orçamentária:

$$PX \leq BI + W \quad (2)$$

onde I é uma função indicadora, assumindo valor 1 se $W < W$ e 0 (zero) caso contrário. O indivíduo escolhe os níveis de bens, X e tempo de trabalho, s para maximizar (1) sujeito a restrição orçamentária (2):

$$\text{Max } \Pi = U(X,L;Z) + \lambda(Lw + BI - PX) \quad (3)$$

Sendo λ é o preço sombra ou o valor da utilidade marginal da renda total. Das condições de primeira ordem para um máximo temos:

$$U_x / P = U_L / w = U_Z / PZ = \lambda$$

Isto é equivalente a afirmar que o aumento na utilidade associado à última unidade monetária gasta com bens de consumo fornece a mesma utilidade marginal que a última unidade monetária gasta em lazer ou na variação das características individuais. Quando para o indivíduo é ótimo não trabalhar, então o salário de mercado é preterido, ficando o salário igual ao preço sombra,

$$\lambda U_L W = B$$

Daí pode-se derivar a seguinte equação estrutural para a oferta de trabalho:

$$L = g(B,Z,P,\lambda,w) \quad (4)$$

A equação (4) sugere que a participação na força de trabalho depende das características individuais, do preço dos bens, das transferências do governo e dos salários. Para representação empírica do modelo de escolha usaremos um modelo de utilidade randômica para a equação estrutural com especificação dicotômica dos níveis de utilidade gerados.

Resultados e Discussão:

Para estudar a influência das políticas públicas de capacitação bem como de demais fatores socioeconômicos sobre a proporção da população de 18 a 24 anos de idade na força de trabalho, a qual denominaremos simplesmente de PFT (participação na força de trabalho), foram estimados modelos reduzidos da equação (4), cujos coeficientes estimados estão disposto no anexo 1. Foram estimados dois conjuntos de modelos, cada qual contendo uma estimativa convencional e uma outra diferenciada por dummies regionais, que busca caracterizar as variações na PFT devido

a influência de fatores não observados da região, tendo como base a região sudeste.

As estimativas de modelos logit não torna possível interpretar os coeficientes estimados diretamente, assim os resultados são discutidos por meio de efeitos marginais. Para a obtenção dos efeitos marginais foi calculada a mudança na proporção de participação na força de trabalho devido a alteração de 1% no valor médio das variáveis explicativas. Na Tabela 1 deve-se interpretar os efeitos marginais como uma mudança na proporção da força de trabalho devida a variação de um por cento na variável explicativa, *ceteris paribus*.

Tabela 4 – Efeitos Marginais das variáveis sobre a proporção de participação na força de trabalho - PFT para os municípios brasileiros. Estimativas de Mínimos Quadrados Ponderados

VARIAVEL	MODELO 1a	MODELO 1b
lnppc	.1797597	.3730736
gedujapop	-.0044119	-.0074154
admpib	-.9021975	-.4427484
idh	6422524	.5380636
Ne	-----	.2095399
Ne	-----	-.0377559
Co	-----	.1415301
S	-----	.0881069
lnppc	.1797597	.3730736
Obs	37	37

Fonte:Elaboração própria

As estimativas do modelo 1a apontam que quando a fração de políticas públicas de capacitação total se eleva em 1%, a participação na força de trabalho, se eleva em (0,1797597), matendo-se constante todas as outras variáveis incluídas no modelo. Esse valor se altera consideravelmente quando incluímos o modelo 1b, com alteração de (0, 1797597- 0,3730736). As variáveis gedujapop e a admpib aparecem com sinais negativos em todos os modelos. Para uma unidade de aumento em gedujapop aumenta a PFT em (-0.0044119) e (-0,0074154) nos modelos 1a e 1b. No caso da admpib há uma oscilação pequena em (-0.9021975) e (-0, 4427484) quando incluído o modelo com controle de região. Para a variável idh, há uma relação positiva com a PFT de (0,6422524) e (0,5380636), quando incluído o modelo 1b, de controle de região.

Conclusões:

Diversos trabalhos têm estudado os determinantes da participação na força de trabalho brasileiro, dando principal ênfase aos determinantes da participação do jovem. A principal contribuição deste estudo foi analisar esses determinantes com vistas às políticas públicas de capacitação além de outros determinantes da decisão de participação do jovem no mercado de trabalho. Para a política pública de capacitação foi considerada a participação percentual das políticas públicas de capacitação de cada um dos 37 municípios do analisados. O estudo aponta que as políticas públicas de capacitação exercem influência positiva na decisão do indivíduo médio participar na força de trabalho. Outros fatores importantes para a determinação da PFT foi a localização geográfica, considerados como proxies a fatores não observados, os gastos em educação, o índice de desenvolvimento humano. Os resultados encontrados mostraram-se robustos aos modos de estimação de mínimos quadrados ponderados e maximoverossimilhança, nas diferentes especificações dos modelos.

Referências bibliográficas

AMADEO, Edward. Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. São Paulo: Editora 34, 1999.

ANDRADE, T. A., SERRA, R. V. Análise do desempenho produtivo dos centros urbanos brasileiros no período 1975/96. In: ANDRADE, T. A., SERRA, R. V. (Org.) Cidades médias brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BALTAR, Paulo; LEONE, Eugenia Troncoso. O mercado de trabalho no Brasil nos anos 2000. Carta Social e do Trabalho n. 19, jul./set., 2012.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10 anais. Belo Horizonte: ABEP, 1996, v.1, pp. 483-516.

ECKSTEIN, Zvi and Kenneth I. WOLPIN, The Specification and Estimation of Dynamic Stochastic Discrete choice :models, Journal of Human Resources, Fall, 1989, p.562-598.

EHRENBERG, Ronald G. e SMITH, Robert S., A Moderna Economia do Trabalho: Teoria e Política Pública. São Paulo. Makron Books, 2000.

GREENE, William H., Econometric Analysis, 5th ed., Prentice-Hall Inc., Upper Saddle River, New Jersey, 2003 IBGE - Censo

Demográfico 2010. JANUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública. Florianópolis: UAB, 2009. MATTOSO, Jorge; POCHMANN, Márcio. Mudanças estruturais e trabalho no Brasil. Economia e Sociedade, Campinas, n. 10, jun. 1998, p. 213-43.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. São Paulo, Malheiros Editores, 1997.

MROZ, Thomas (1987) "The sensitivity of an empirical model of married women's hours of work to economic and statistical assumptions," *Econometrica* 55, 765-99.

NEVES JR., Leonardo Ferreira; PAIVA, Luiz Henrique. A relação entre crescimento econômico e emprego no Brasil: referencial teórico, evidências empíricas e recomendações de políticas. CEPAL. Disponível em: <<http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/arelacaoentrecrescimentoeconomicoLeonardoLuisHenrique.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

PENCAVEL, "Labor Supply of Men: A Survey," in Orley Ashenfelter and Richard Layard, eds., *Handbook of Labor Economics*, Volume 1, pp. 35-44.

REMY, Maria Alice P. de A; QUEIROZ, Silvana Nunes; SILVA FILHO, Luiz Abel. Evolução recente do emprego formal no Brasil: 2000-2008. *Revista da ABET*, v. 10, n. 1, jan./jun., 2011.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 31 – n.3- dez 2001. Rio de Janeiro.

SEDLACEK, G.L. & SANTOS, E.C. (1991). "A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração da renda familiar", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 21, (3), pp. 449-470.